



**O PROTESTANTISMO E A PALAVRA
IMPRESSA: ENSAIOS INTRODUTÓRIOS –
FINAL**

**THE PROTESTANTISM AND THE WORD
PRINTED: INTRODUCTORY ESSAYS –
FINAL**

Hermisten Maia Pereira da Costa

Mestre e doutor em Ciências da Religião. Atual diretor da Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: *hermisten@terra.com.br*

RESUMO

Neste terceiro e último artigo desta série, Costa descreve o trabalho difícil e criativo dos missionários protestantes na disseminação da Bíblia no Brasil. Enfoca também a questão suscitada, de que as bíblias distribuídas eram falsificadas e a polêmica que se seguiu. Destaca a primeira tradução da Bíblia feita no Brasil por protestantes (1879-1917). Analisa também o surgimento da *Imprensa Evangelica*, o primeiro jornal protestante editado no Brasil (1864), o seu projeto inicial e a disseminação em solo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Bíblias no Brasil; Bíblias falsificadas; Protestantismo brasileiro; *Imprensa Evangelica*; Colportores.

ABSTRACT

In this third and last article of this series, Costa describes the hard and creative work of protestant missionaries on the dissemination of the Bible in Brazil. He also focuses the question about falsified Bible distributed and the following polemics about it. He remarks the first biblical translation made in Brazil by protestants (1879-1917). He also analyses the arising of *Imprensa Evangelica*, the very first protestant journal ever edited in Brazil (1864), its first project, and dissemination in Brazilian lands.

KEYWORDS

Bible in Brazil; Falsified Bible, Brazilian protestantism; *Imprensa Evangelica*; Bible Salesman.

7. A BÍBLIA E OS SEUS DIVULGADORES NO BRASIL

7.1. AS PROIBIÇÕES

Ainda que a Igreja romana tentasse impedir a prática de excluir os livros considerados apócrifos das Escrituras¹ ou mesmo de colocá-los à parte², bem como a difusão das Escrituras,

¹ O termo grego “apócrifo” foi aplicado aos assuntos que deveriam ser revelados somente aos iniciados, sendo assim “escondido” do povo comum, e também foi utilizado para referir-se aos livros que, embora tivessem alguma semelhança secundária com os Livros Canônicos, considerados inspirados por Deus, não eram aceitos nem reconhecidos como tais. Apócrifos são, portanto, os livros extracanônicos redigidos no período bíblico.

² No segundo século da Era Cristã, foi feita uma tradução latina da Bíblia (versão do latim antigo: *Vetus Latina* ou *Ítala*), tomando como texto-base para o Antigo Testamento, a Septuaginta. No final do século IV, como essa tradução latina já precisava de uma ampla revisão, o papa Damasius I (c. 304-384) incumbiu Sophronius Eusebius Hieronymus, conhecido como Jerônimo (c. 347-419) de fazê-la (383). Jerônimo, era um homem de profunda piedade e erudição, conhecendo bem o latim, o grego e o hebraico. O seu trabalho excedeu as expectativas de Damasius, já que ele fez mais do que uma simples revisão. Partindo dos originais hebraicos e gregos – ainda que dando atenção à *Vetus Latina* –, Jerônimo traduziu o Antigo e o Novo Testamento, concluindo a sua obra em 405, depois de 23 anos de trabalho. Em sua tradução, Jerônimo incluiu os “livros apócrifos”, conforme constava na Septuaginta (tradução grega do Antigo Testamento feita por volta de 250 a.C.), todavia questionou a sua canonicidade, fazendo uma distinção entre os *libri ecclesiastici* (apócrifos) e os *libri canonici* (canônicos, conforme os judeus aceitavam no cânon hebraico). Dessa forma, na edição de Jerônimo, os apócrifos receberam um *status* secundário. A Vulgata tornou-se o padrão para outras traduções da Bíblia, as quais continuaram incluindo os livros apócrifos, como nas traduções alemãs do século XIV (antes da invenção da imprensa com tipos móveis). No Concílio de Trento (1545-1563), a Vulgata foi elevada à condição de igualdade com os originais hebraicos e gregos. Na 4ª sessão de 8 de abril de 1546, no “Decreto concernente às escrituras canônicas”, lemos: “Se alguém não receber como sagrados e canônicos os livros do Antigo e do Novo Testamento, inteiros e em todas as suas partes, como se contém na velha edição Vulgata, e conscientemente os condenar, seja anátema” (SCHAFF, 1931, v. 2, p. 83). No “Decreto concernente à edição, e o uso, dos sagrados livros”, o Concílio: “[...] ordena e declara, que a mencionada velha edição Vulgata, que pelo extenso uso de tantos séculos tem sido aprovada na Igreja, seja usada nas leituras públicas, discussões, sermões e exposições. Ela deve ser tida como autêntica e ninguém ouse rejeitá-la sob nenhum pretexto que seja (SCHAFF, 1931, v. 2, p. 82). Ver também Turretin (1992, p. 131). Para maiores detalhes, ver Costa (2008, passim).

esses procedimentos tornaram-se crescentes: os protestantes excluíram os livros apócrifos de suas edições e difundiram em profusão as Escrituras. Roma, por sua vez, não poupou meios para, pelo menos, impedir a divulgação das Escrituras: perseguições, bulas, decretos reais, calúnias (SCHAFF, 1964, p. 169-189), pressões morais e físicas (cf. READ et al., 1969, p. 48; RIBEIRO, 1979, p. 96; LÉONARD, 1981, p.105 et seq.; VIEIRA, 1980, p. 122 et seq.; JARDIM, 1932, p. 90 et seq.)³, e por intermédio da imprensa escrita (cf. SALVADOR, 1982, p. 40-42). Esses meios podiam causar algum obstáculo, contudo não foram eficazes: a Bíblia chegou finalmente à nossa pátria e à nossa língua.

Retornemos um pouco na história. D. Henrique, O Casto (1512-1580), rei de Portugal, em 1551 divulgou várias listas de livros proibidos, inclusive a Bíblia em vernáculo. Hallewell (1985, p. 4) conclui:

Provavelmente, foi devido à sua influência que se impôs uma proibição completa de obras impressas não licenciadas em 4 de dezembro de 1576. Daí em diante, toda publicação portuguesa necessitaria de uma tríplice licença: do bispo local, do Santo Ofício e do Desembargo do Paço, representando a coroa.

Lembremo-nos de que o Santo Ofício fora instalado em Portugal em 1536, fazendo as suas primeiras vítimas em 20 de setembro de 1540, quando foram condenadas à morte quatro pessoas.

7.2. A BÍBLIA EM PORTUGUÊS E NO BRASIL

Voltemos à questão das bíblias no Brasil. No século XVIII, a proibição de D. Henrique já não se aplicava a Portugal. A Bíblia que já dispunha de uma tradução para o português (com base na Vulgata), feita pelo padre Antônio Pereira de Figueiredo (1725-1797) – Novo Testamento (1778) e o Antigo

³ No Brasil, as perseguições, ainda que não numerosas, quando as havia, eram promovidas, via de regra, por sacerdotes católicos (cf. KIDDER, 1951, v. 1, p. 112).

Testamento (1790)⁴ –, também tinha a sua exportação proibida para o Brasil (cf. HALLEWELL, 1985, p. 26). Oficialmente, as bíblias em português foram permitidas no Brasil com a aprovação da rainha D. Maria II (1819-1853) – que nascera no Rio de Janeiro, filha de D. Pedro I (do Brasil; IV de Portugal) e D. Maria Leopoldina – e consulta do patriarca arcebispo eleito de Lisboa Francisco de São Luis, somente a partir de 1842. Essa autorização era para a publicação da edição de Figueiredo, que fora publicada em 1828 pela Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, sem a inclusão dos apócrifos (cf. MEIN, 1977, p. 83-84; BITTENCOURT, 1965, p. 221; ANGUS, 1971, p. 129). No entanto, se “oficialmente” as bíblias passaram a chegar ao Brasil após 1842, elas já haviam aportado por outros meios, desde no mínimo 1816 (cf. REILY, 1984, p. 58).

Na documentação disponível e consultada, podemos observar que, no âmbito da não oficialidade, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (SBBE) (fundada em 1804) e a Sociedade Bíblica Americana (SBA) (fundada em 1816) enviavam bíblias para o Brasil por intermédio de capitães de navios, negociantes, pessoal diplomático e militar, bem como dos capitães britânicos radicados no Brasil (cf. KIDDER, 1951, v. 1, p. 107; REILY, 1984, p. 58; READ et al., 1969, p. 48; LÉONARD, 1981, p. 42). Os comerciantes que se dispunham a “contrabandear” as Escrituras recorriam ao curioso e também cômodo estratagema de deixar algumas caixas abertas com exemplares nas alfândegas (LÉONARD, 1981, p. 42; HAHN, 1989, p. 245). Kidder (1943, v. 2, p. 94) fala-nos de um inglês que usou desse expediente em Pernambuco, no ano de 1833, no entanto acrescenta: “Tal era, porém, a indiferença do povo pelo assunto, que se passou muito tempo antes que os livros sagrados fossem assim retirados”.

⁴ Antes desta, tivemos a tradução do pastor calvinista, Rev. João Ferreira de Almeida (1628-1691), feita na Batávia, ilha de Java na Indonésia (essa tradução foi realizada em 1670 e publicada, em Amsterdã, em 1681). Como Almeida morreu prematuramente, só pôde traduzir o Antigo Testamento até Ezequiel (48:21). O seu trabalho foi concluído em 1694 pelo pastor Jacobus Opden Akker, da igreja reformada de língua portuguesa na Batávia, Indonésia. O Antigo Testamento foi publicado em dois volumes: no primeiro, editado em 1748, constavam os Livros de Gênesis a Ester; o segundo, editado em 1753, era constituído pelos Livros de Jó a Malaquias. Akker traduziu também o Saltério de Petrus Dathenus para o português que foi publicado na Indonésia, em 1703. O Saltério de Dathenus era na realidade a tradução dos 150 salmos metrificados baseado no Saltério genebrino em francês, editado por Clement Marot (1497-1544) e Theodore de Beza (1519-1605) (cf. SCHALKWIJK, 1986, p. 26, 118).

7.3. REVERENDO SPAULDING

Esse trabalho não oficial continuou, tendo posteriormente como colaborador importante o pastor metodista Rev. Justin Spaulding, que desembarcou no Rio de Janeiro no dia 29 de abril de 1836, proveniente de Nova York. Em 23 de dezembro de 1837, Spaulding escreveu do Rio de Janeiro à Sociedade Bíblica Americana dizendo que já distribuía toda as bíblias e Novos Testamentos e que esperava receber mais (MEIN, 1977, p. 90). Ele tornou-se membro da Sociedade Bíblica Americana. Em carta (14.12.1841) ao Rev. Charles Pittman, secretário correspondente da Sociedade Missionária da Igreja Metodista Episcopal, revela a sua incompreensão pela censura à Escritura no Brasil, enquanto livros de verdadeiros inimigos da religião cristã circulam livremente sem qualquer impedimento (cf. a carta completa em SALVADOR, 1982, p. 292). Mesmo atestando a infidelidade de muitos padres, Spaulding conclui:

Mas graças a Deus, os brasileiros são um povo independente e genuinamente generoso e nobre. Que Deus impeça que sejam em qualquer momento levados sob a influência da superstição, escravidão e beatice da Idade Média, ou amedrontados pelos horrores de uma inquisição de seu direito individual, liberdade para ler, julgar e falar sobre todos os assuntos (SALVADOR, 1982, p. 292-293).

7.4. REVERENDO KIDDER E A QUESTÃO HERDADA: “AS BÍBLIAS FALSIFICADAS”

Em 1837, chega ao Brasil o Rev. Daniel P. Kidder (1815-1891), como missionário metodista e, simultaneamente, agente da Sociedade Bíblica Americana⁵. Kidder, que viajou por

⁵ Reily (1984, p. 67) diz que “Os historiadores geralmente têm entendido, erroneamente, que [Kidder] fosse Agente da Sociedade Bíblica Americana e não missionário metodista”. Engana-se Reily. Kidder era missionário e também agente da Sociedade Bíblica Americana. Em 15 de fevereiro de 1839, Kidder (1951, v. 1, p. 212; KIDDER; FLETCHER, 1941, v. 2, p. 78) doa uma Bíblia à Biblioteca da Academia Jurídica de São Paulo, na qual escreveu: “À Biblioteca da Academia Jurídica de S. Paulo – Da Sociedade Bíblica Americana pelo seu correspondente D. P. Kidder”.

diversas cidades do Brasil no período de 1837-1840, comenta como ele foi procurado por padres desejosos de obter um exemplar das Escrituras, ainda que houvesse oposição de quando em quando por parte do clero (KIDDER, 1951, v. 1, p. 109 et seq.; p. 261 et seq.; 1943, v. 2, p. 51, 96). Escreve com alegria:

Estamos firmemente convictos de que nenhum outro país católico existe onde seja maior a tolerância ou a liberdade de sentimentos para com os protestantes (KIDDER, 1951, v. 1, p. 112)⁶.

Posteriormente, o missionário metodista J. J. Ransom, que aqui chegara em 2 de fevereiro de 1876, perceberia os benefícios trazidos pela venda e distribuição de bíblias, fazendo menção disso no prefácio de seu livro *O culto dominical*, editado em 1878 (cf. HAHN, 1989, p. 243-244)⁷.

⁶ Kidder (1951, v. 1. 281 ss) transcreve diversas cartas que recebeu solicitando o envio de exemplares da Bíblia. Ver também Hahn (1989, p. 243 et seq.). São altamente ilustrativos os gentis encontros e as conversas que Kidder (1951, v. 1, p. 250, 261) teve com Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Feijó havia tentado anteriormente (1836) trazer os protestantes, “Irmãos Morávios”, ao Brasil, com o objetivo de trabalhar na catequese dos índios. Contudo, lamentavelmente eles estavam “impossibilitados de atender” o convite (KIDDER, 1951, v. 1, p. 41; VIEIRA, 1980, p. 31-32; HAHN, 1989, p. 249 et seq.).

⁷ Em 22 de fevereiro de 1877, o missionário presbiteriano, o Rev. A. L. Blackford (1829-1890), residindo no Brasil desde 1860, escreve ao seu colega, o metodista Rev. John James Ransom (TUCKER, 1936, p. 89): “Você já conhece o português suficientemente bem para poder fazer-se compreender e já poderia pregar nesse idioma. Mas se começar agora, o trabalho que cair sobre você vai impedir o seu regular e cuidadoso estudo da língua [...]”. “Você deve preparar-se não apenas para pregar mas também para escrever – e escrever bem (em português)” (Carta de Blackford a Ransom de 22.2.1877 apud REILY, 1984, p. 4). Reily em seu artigo, diz que Ransom levou a sério o conselho de seu amigo, empreendendo uma série de trabalhos em nossa língua, entre eles, traduziu em 1877, o *Catecismo bíblico*, do bispo McTyeire, e a *Disciplina metodista* (então, os cânones da Igreja), e, em 1878, publicou a adaptação que João Wesley fizera do *Livro da oração*, intitulado *Compêndio de oração* (REILY, 1984, p. 4). Posteriormente, em 1º de janeiro de 1886, sairia o primeiro jornal metodista publicado no Brasil, de edição quinzenal, intitulado *Methodista Catholico*. O redator? O Rev. J. J. Ransom. Na primeira página há o “Programa do Metodista Católico”, assinado pelo “Editor Responsável”, no qual é explicado que essa “folha” é “órgão da Igreja Metodista Episcopal no Brasil”, acrescentando: “Nosso programa é simplicíssimo. Todos os números terão as competentes *Lições Internacionais* para as Escolas Dominicais; um ou mais artigos doutrinários; e o melhor que pudermos colher dos jornais brasileiros sobre as grandes questões do dia, tanto religiosas como morais e sociológicas. *Pedimos de todas as Igrejas Evangélicas notícias suas para que o público fique ciente do progresso do Evangelho [...]*” (*METHODISTA CATHOLICO*, 1º.1.1886, p. 1, grifo nosso). Esse jornal teria o seu nome mudado em 15 de agosto de 1887 para *Expositor Cristão*, tendo como redator responsável J. L. Kennedy (1928) que mais tarde escreveria a obra fundamental para o estudo do metodismo no Brasil, *Cincoenta annos de methodismo no Brasil*. Em 1986, saiu uma série de artigos no *Expositor Cristão* alusivos ao centenário do jornal metodista.

Uma acusação comum no século XIX aos protestantes em nossa pátria era que as “bíblias protestantes” eram falsas⁸. No entanto, o que desejamos sublinhar é que quem começou ou, pelo menos, estimulou essa falsa acusação foi um “sacerdote anglicano” residente no Rio de Janeiro.

A questão foi a seguinte: Kidder (1951, v. 1, p. 267), estimulado pela boa aceitação das bíblias que distribuía em nosso território, inclusive entre autoridades civis e eclesiásticas, resolveu “propor oficialmente ao governo provincial (de São Paulo) o fornecimento gratuito de Bíblias em quantidade correspondente às necessidades de suas escolas.

Kidder (1951, v. 1, p. 268), após sondar diversas autoridades políticas e eclesiásticas, conversou com Martim Francisco, presidente da Assembleia da Província de São Paulo, entregando também ao Sr. Antônio Carlos “alguns exemplares do Novo Testamento, para dar idéia da tradução”. Este, na qualidade de presidente da Comissão de Instrução Pública, e Martim Afonso apresentaram à Assembleia, durante a sessão daquele mesmo dia, os exemplares do Novo Testamento fornecidos por Kidder, com um documento de sua lavra datado de 15 de fevereiro de 1839 que, entre outras coisas, se comprometia em nome da Sociedade Bíblica Americana a providenciar

[...] o fornecimento gratuito de exemplares do Novo Testamento, traduzido para o português pelo Padre Antônio Pereira de Figueiredo, em quantidade suficiente para fornecer doze exemplares a cada uma das escolas primárias da Província, mediante a condição única de que tais volumes sejam desembaraçados, quando entregues à Alfândega do Rio de Janeiro, distribuídos, conservados e usados pelas diversas escolas, como livros de leitura geral e instrução para os alunos das mesmas [...] (KIDDER, 1951, v. 1, p. 269-270).

Após todos os procedimentos realizados para que seu pedido fosse aceito, Kidder (1951, v. 1, p. 272) viu seus esforços serem engavetados por causa das disputas políticas inter-

⁸ Ver *Imprensa Evangelica* (4.1.1873, p. 1-2) e excertos de documentos em Reily (1984, p. 63-64). Ver também Salvador (1982, p. 39, 289-292), Ribeiro (1981, p. 141-153), Léonard (1981, p. 44), Lessa (1938, p. 15), Leite (1882, p. 1 et seq.) e Glass (s. d., p. 95, 207-208, 215-216).

nas que foram agravadas pelo fato de um “sacerdote anglicano residente no Rio de Janeiro” ter insinuado “ao velho bispo que talvez a tradução não fosse exatamente o que se afirmava; provavelmente havia sofrido alterações”.

Kidder (1951, v. 1, p. 272) reagiu, no entanto, sem sucesso:

Propusemos então o exame da mesma, todavia, quer fosse por incapacidade, quer por deliberada negligência, jamais foi ele tentado; e assim, a desconfiança do velho diocesano contribuiu para a delonga [...].

O fato é que a sua proposta nunca mais foi tratada. Consola-se Kidder (1951, v. 1, p. 272): “Provavelmente, nunca mais foi ela objeto de deliberação. Também, para o bom nome da Província, jamais foi abertamente rejeitada”⁹.

Ao que parece, em 1839, o arcebispo da Bahia, D. Romualdo de Seixas, dizia ser as bíblias distribuídas pelos protestantes “truncadas e manipuladas” (cf. RIBEIRO, 1981, p. 142, 146; ROCHA, 1941, v. 1, p. 231-232)¹⁰.

Aliás, foi o próprio D. Romualdo quem cunhou a expressão “bíblia falsificada”, objetivando desmoralizar a distribuição de bíblias pelas sociedades bíblicas (LEITE, 1882, passim). Dom Manoel Joaquim da Silveira, sucessor de D. Romualdo, por volta de 1863, editou pastoral polêmica, detalhando as alegadas falsificações: no Antigo Testamento, faltavam os apócrifos; no Novo, havia termos divergentes da tradução de Figueiredo. Respondeu-lhe imediatamente o Rev. Ricardo Holden, então missionário episcopal na Bahia, com as razões protestantes para rejeitar os apócrifos. Publicou-as em opúsculo, *Bíblias falsificadas* (cf. HOLDEN, 1863, passim). O tema foi retomado logo a seguir em Recife pelo cônego Pinto de Campos (*IMPrensa EVANGELICA*, 21.4.1866,

⁹ Mein (1977, p. 91) engana-se ao afirmar que a oferta de Kidder foi concretizada.

¹⁰ Houve diversos panfletos católicos nesse sentido, escritos especialmente no período de 1837-1839 pelo padre Luiz Gonçalves dos Santos e, mais tarde (1862-1865), pelo arcebispo da Bahia, D. Manoel Joaquim Silveira e pelo cônego Pinto de Campos em Pernambuco (cf. RODRIGUES, 1904, p. 205 et seq.; 216 et seq.; RIBEIRO, 1981, p. 143; VIEIRA, 1980, p. 189-207). A questão foi severa, havendo inclusive queima de bíblias (cf. ROCHA, 1941, v. 1, p. 197-198; RIBEIRO, 1981, p. 150-151). Ribeiro (1981, p. 141-153) narra e documenta a polêmica.

p. 57). Fê-lo a propósito, de distribuição (gratuita) de Novos Testamentos, versão de Almeida, pelo general Abreu e Lima (1794-1869). Pouco continente na linguagem, o padre aplicou ao distribuidor (sem mencionar nomes) termos que o general considerou ofensivos. Vai daí, respondendo-lhe o general, possivelmente maçom (CHACON, 1964, p. 159), sob o pseudônimo de “O Christão Velho”, com artigos cáusticos e oportunos no *Diário de Pernambuco*, a seguir reunidos e publicados em livro no Recife, sob o mesmo pseudônimo, tendo como título *As bíblias falsificadas* (ABREU E LIMA, 1867)¹¹.

Dom Antonio F. Viçoso (1787-1875), bispo de Mariana, também deu sua contribuição na defesa da canonicidade dos apócrifos.

O presbiteriano Antonio Pedro de Cerqueira Leite escreveu uma série de artigos que começaram a ser publicados na *Imprensa Evangelica*, em 29 de maio de 1880. Essas publicações continuaram até 1882. Neste último escrito sobre o assunto, Cerqueira Leite agradece as ofertas recebidas para a edição do seu livro, que consistiria na reunião dos referidos artigos. No livro, publicado em 1882, o autor demorou-se nas razões contra a inclusão dos apócrifos nas bíblias, constituindo-se num histórico da polêmica até então: *As bíblias falsificadas: resposta à uma velha pastoral*.

É certo que a compra das bíblias “protestantes” continuou a expandir-se velozmente, não obstante artigos contrários e pastoral baiana.

A polêmica continuou. Na *Imprensa Evangelica* de 1882 ainda encontramos a sua efervescência¹².

7.5. REVERENDO FLETCHER

Em 1851, desembarca no porto do Rio de Janeiro, proveniente dos Estados Unidos, um jovem pastor presbiteriano, recém-ordenado, Rev. James Cooley Fletcher (1823-1901). Fletcher veio para o Brasil como missionário nomeado para

¹¹ Para uma visão mais ampla da vida e obra de Abreu e Lima, ver Chacon (1964, p. 145-187).

¹² Ver, por exemplo, as seguintes edições de *Imprensa Evangelica*: 31.1.1882, p. 13; 28.2.1882, p. 28-29; 15.3.1882, p. 35; 30.3.1882, p. 42; 15.11.1882, p. 165-166; 15.12.1882, p. 180.

servir aos americanos residentes no Brasil (mais especificamente os do Rio de Janeiro), sob os auspícios da União Cristã Americana e Estrangeira (fundada em 10 de maio de 1849) e da Sociedade Americana de Amigos dos Marítimos (fundada em 1828), servindo a esta entidade como capelão no porto do Rio de Janeiro, atendendo principalmente os marinheiros americanos e ingleses; serviço que fez com dedicação e abnegação.

Fletcher tinha consciência da necessidade de se disseminar a Bíblia no Brasil; pensando nisso, escreveu insistentemente às sociedades bíblicas americana e britânica a fim de convencê-las a abrir agências no Brasil. Finalmente, motivada pelos apelos de Fletcher, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira enviou o seu primeiro agente oficial, o Sr. Richard Corfield de Liverpool, que estabeleceu em 1856, no Rio de Janeiro, o primeiro depósito permanente de bíblias no Brasil. Corfield empreendeu diversas viagens, especialmente nos Estados de São Paulo e de Minas Gerais. Já em seus relatórios de 1857, Corfield declara que, no primeiro semestre de 1857, expedira do depósito 533 bíblias e 1.859 Novos Testamentos em português (ROCHA, 1941, v. 1, p. 107).

Em 1854, o próprio Fletcher tornou-se agente da Sociedade Bíblica Americana para servir no Brasil (VIEIRA, 1980, p. 69; ROCHA, 1941, v. 1, p. 17, 106)¹³, cargo que ocupou até 1856 (BRAGA; GRUBB, 1932, p. 54). Na condição de agente da SBA, Fletcher empreendeu algumas viagens, por diversas cidades brasileiras, vendendo exemplares das Sagradas Escrituras.

7.6. DOUTOR KALLEY

O médico e missionário escocês Dr. Robert Reid Kalley (1809-1888) e sua esposa, Sra. Sarah Poulton Kalley (1825-1907), chegaram ao Brasil em 10 de maio de 1855, radicando-se em Petrópolis. Kalley, além de distribuir alguns relógios de

¹³ Vieira (1980, p. 69) equivoca-se ao afirmar que Fletcher foi “o primeiro agente nomeado pela Sociedade Bíblica Americana para o Brasil”. Na realidade, D. P. Kidder já fora agente dessa sociedade antes dele, conforme o próprio Kidder (1951, v. 1, p. 212) indica. Ver também Kidder e Fletcher (1941, v. 2, p. 78).

ouro para pessoas específicas (VIEIRA, 1980, p. 116), distribuiu bíblias (LÉONARD, 1981, p. 50; REILY, 1984, p. 96; READ, 1967, p. 209; RIBEIRO, 1979, p. 97)¹⁴.

7.7. REVERENDOS SIMONTON E BLACKFORD

O pastor presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton (1833-1867) que chegara ao Brasil em 12 de agosto de 1859 criou em 1860, em uma sala que alugara na Rua São Pedro, no Rio de Janeiro, um depósito de bíblias. “Estamos tirando a licença preparatória, para anunciar ao público nosso Depósito de Bíblias. Espero que com esses meios e esses passos possamos começar a realizar o que pretendemos (SIMONTON, 1982, Diário: 22.10.1860). Ou seja, a “propagação do Evangelho” (SIMONTON, 1866-1875, p. 7). A livraria (depósito) ficava aos cuidados da irmã de Simonton, Sra. Blackford.

Simonton e o seu cunhado, Rev. Alexander L. Blackford (1829-1890), foram durante algum tempo (1860-1861), agentes não remunerados da Sociedade Bíblica Americana (VIEIRA, 1980, p. 138).

No período de dezembro de 1860 a março de 1861, Simonton fez uma visita demorada ao Estado de São Paulo, percorrendo a capital e algumas cidades do interior tais como: Santos, Sorocaba, Itapetininga, Itu, Campinas, Rio Claro e outras (cf. SIMONTON, 1982, Diário: de 25.12.1860 a 3.3.1861; LESSA, 1938, p. 19; LÉONARD, 1981, p. 55; RIBEIRO, 1979, p. 98, 101; 1981, 39 et seq.). Nessas viagens, distribuiu exemplares da Bíblia e estabeleceu depósitos desse material.

No período de 14 de novembro de 1861 a janeiro de 1862, Blackford viajou por Petrópolis, Juiz de Fora, Barbacena e São João del Rei (aqui ficando seis semanas). Nessa via-

¹⁴ Quando Kalley foi acusado de fazer propaganda protestante por meio de distribuição de bíblias, escreveu: “A única Bíblia que hei posto nas mãos dos brasileiros é a tradução Católica romana do Padre Antonio Pereira de Figueiredo” (ROCHA, 1941, v. 1, p. 98). Mais tarde, em 1902, o colportor Frederick C. Glass (1871-1960) continuava vendendo bíblias da tradução de Figueiredo (GLASS, s. d., p. 125, 218). Glass (s. d., p. 129-130) entendia que somente em último caso se deveria dar a Bíblia: “[...] As pessoas pagando de alguma forma (milho, toucinho, feijão), valorizam mais o que adquirem”.

gem, distribuiu bíblias, Novos Testamentos e folhetos, providenciando também para que comerciantes locais fizessem a venda desses materiais¹⁵.

Mais tarde, em 1877, Blackford desligou-se da Board e aceitou a posição de agente da Sociedade Bíblica Americana, permanecendo nessa função até 1880 (SIMONTON, 1900, p. 68). Na condição de agente da SBA, viajou pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná,

[...] viajando mais de 3000 milhas (mais de 4.827 kms.), e a maior parte a cavalo; visitou 32 cidades e vilas, em 25 dos quais ele teve oportunidade de pregar o Evangelho de Cristo e espalhar 2.360 exemplares da Palavra de Deus (KOLB, 1902, p. 40)¹⁶.

7.8. REV. JOÃO DOS SANTOS

Em março de 1879, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira nomeou o seu primeiro agente brasileiro, o pastor congregacional, Rev. João Manoel Gonçalves dos Santos (1842-1928), cargo que ocuparia até 31 de dezembro de 1901, exercendo essa função com afinco. Santos fora um dos primeiros convertidos de Kalley no Brasil, sendo batizado em 9 de janeiro de 1859. Posteriormente, graças à ação de Kalley, Santos pôde estudar durante três anos em Londres, no Pastor's College de Charles Spurgeon (1834-1892), preparando-se para o Ministério da Palavra (JARDIM, 1932, p. 408; ROCHA, 1941, v. 1, p. 222; v. 3, p. 173, 289-290; SILVA JÚNIOR, 1960, p. 19-20).

7.9. OS COLPORTORES: UMA HISTÓRIA A SER CONTADA

Resumindo estas notas, podemos dizer que os “colportores” ou, no caso, conforme o sentido que a palavra tomou

¹⁵ Ver, em Ribeiro (1981, p. 29-38), a descrição feita pelo próprio Blackford dessa viagem.

¹⁶ Ver também Lessa (1938, p. 148, 356) e *O Estandarte* (4 e 11.1.1912, p. 12).

no Brasil, os vendedores de bíblias ambulantes, tiveram um papel inestimável na divulgação do Evangelho, na preparação para a pregação do Evangelho de Cristo. Como exemplo, não isolado, temos a primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo, organizada por Blackford em 5 de março de 1865. Essa igreja foi precedida pelo trabalho de dois colportores: Antonio Marinho da Silva e Manoel Pereira da Cunha Bastos (LESSA, 1938, p. 22-23). Aconteceu algo semelhante na Igreja Presbiteriana de Tibagy, Paraná, em 1884 (RIBEIRO, 1981, p. 153).

Frederick C. Glass (1871-1960), que trabalhou durante 40 anos como colportor no Brasil (GLASS, s. d., p. 298, 43, 97-98), interpretou:

Sem dúvida alguma a grande maioria das Igrejas Evangélicas do Brasil deve sua existência à Sociedade Bíblica, e, com igual certeza pode ser asseverado que a pessoa mais temida pelos sucessores da linhagem dos Padres Jesuítas, é o colportor da Bíblia.

Como bem disse Boanerges Ribeiro (1981, p. 152): “Os colportores sempre foram parte valiosíssima do *staff* missionário, nesses anos iniciais” (cf. RIBEIRO, 1981, p. 141-153; REILY, 1984, p. 64-67; READ, 1967, p. 47-49). Creio que o pensamento de Blackford, parafraseando a própria Escritura, a respeito da distribuição de bíblias, resume bem a percepção de todos aqueles homens que se dedicaram a este mister: “Onde quer que se difunda a Palavra de Deus, o Espírito de Deus pode fazer dela poder de Deus e Sabedoria de Deus para a salvação” (apud RIBEIRO, 1981, p. 37)¹⁷.

7.10. SOCIEDADE BÍBLICA BRASILEIRA (1874)

Em 1874, com o objetivo específico de difundir a Bíblia no Brasil, constituiu-se, na Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, uma Sociedade Bíblica Brasileira (RIBEIRO, 1981, p. 152).

¹⁷ Dois livros que ilustram bem essa afirmação é o de Rizzo Jr. e o de Chaves (1947). Ver também as transcrições do diário de John Boyle em Ribeiro (1987, p. 74-94, especialmente, p. 87 e 93).

Nas “Notícias religiosas” da *Imprensa Evangelica* (2.5.1874, p. 69), lemos: “Calcula-se que já 100.000 Bíblias e Novos Testamentos foram vendidos e distribuídos neste Império”. Essa era parte da resposta dada à acusação de terem os protestantes produzido e divulgado “bíblias falsificadas”¹⁸.

7.11. PRIMEIRA BÍBLIA TRADUZIDA E PUBLICADA NO BRASIL (1879-1917)

Finalmente, em 1879, foi publicada a primeira tradução brasileira do Novo Testamento, editada pela Sociedade de Literatura Religiosa e Moral, sediada na Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 1981, p. 152). Nessa tradução feita do texto grego¹⁹, trabalharam: Dr. José Manoel Garcia, Rev. Modesto Perestrello Barros Carvalhosa (1846-1917)²⁰ e Rev. A. L. Blackford. Em 1917 foi publicada a Bíblia inteira (MEIN, 1977, p. 88; BITTENCOURT, 1965, p. 233).

Dessa forma, quer por importação, quer por tradução e edição brasileira, o povo brasileiro foi tendo contato com as Escrituras. O interesse foi percebido desde o início, mesmo que por motivos outros que não fosse ouvir a voz de Deus, como interpreta talvez temerariamente o Sr. S. R. McKay em carta à SBBE, escrita no Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1826: “Tenho visto entre o povo uma grande avidez de possuir a Bíblia, mas acho que na maioria dos casos isso não nasce do amor ao seu abençoado conteúdo, senão da curiosidade de

¹⁸ Ver Ribeiro (1981, p. 141-153) e *Imprensa Evangelica* (4.1.1873, p. 1-2; 18.1.1873, p. 9-10; 7.6.1873, p. 81-82; 21.6.1873, p. 89-90). A discussão não se limita a essas edições do jornal, contudo tomei-as como exemplo.

¹⁹ Mein (1977, p. 87) comete um pequeno equívoco ao dizer que essa tradução foi apenas uma revisão da tradução de João Ferreira de Almeida (1628-1691). Por certo, Mein não teve acesso à obra que, de fato, é raríssima. Durante o ano de 1880 a *Imprensa Evangelica* (21.8.1880, p. 264; 28.8.1880, p. 272) diversas vezes anunciou a venda desses Novos Testamentos, reproduzindo o frontispício deles, em que dizia ser a tradução do original grego. Há pouco mais de trinta anos, o *Brasil Presbiteriano* de 15 de janeiro de 1979 fez também uma reprodução fotográfica do frontispício da aludida “primeira edição brasileira”.

²⁰ Carvalhosa, português de nascimento, professou a sua fé e foi batizado na Igreja Presbiteriana de São Paulo em 25 de março de 1866. Aluno do Seminário Presbiteriano Primitivo, foi licenciado em 22 de agosto de 1870, designado para a Igreja de Lorena. Foi ordenado em 20 de julho de 1871.

conhecer aquilo que por tanto tempo foi escondido dos seus olhos” (REILY, 1984, p. 65); ou, como constatou Kidder (1951, v. 1, p. 108-110), que, apesar de haver por parte do povo um interesse real pela verdade de Deus, muitos desejavam a Bíblia para mostrar que tinham liberdade religiosa, podendo ler e avaliar o que quisessem. Kidder (1951, v. 1, p. 111) conclui:

Pode-se facilmente imaginar quais tenham sido os resultados de tal exame, sobre as almas sinceras. Assim foi que a verdade inspirada encontrou livre caminho para o seio de centenas de famílias de dezenas de escolas onde se podia perfeitamente deixar que operasse por si só os seus maravilhosos efeitos sobre as almas.

8. A IMPRENSA EVANGÉLICA E OS SEUS IDEAIS

No dia 5 de novembro de 1864, Simonton, em parceria com outros amigos, publica o primeiro número do jornal, *Imprensa Evangelica*, o primeiro jornal evangélico do Brasil e talvez da América Latina. O objetivo primário era de publicá-lo semanalmente, todavia, como registrou Simonton (1982, diário: 26.11.1864), “poucos dias foram suficientes para mostrar a insensatez de tal plano e a certeza de ficarmos envolvidos em grandes perdas se não assumíssemos a gerência”. Por causa dessa mudança de planos, no primeiro número em que dizia “Publica-se todos os sábados”, a expressão “todos os sábados” foi riscada; no artigo explicativo a respeito da origem e propósito do jornal, onde estava escrito “Sairá semanalmente um número de 8 páginas”, teve a palavra “semanalmente” o mesmo fim. O editorial do segundo número explica (*IMPRENSA EVANGÉLICA*, 19.11.1864, p. 1):

A IMPRENSA EVANGÉLICA continuará a ter oito páginas de impressão, e, para não diminuir na matéria, julgamos melhor distribuí-la, nesse formato, duas vezes por mês, ficando assim definitivamente regularizada a sua publicação.

Circunstâncias imprevistas nos obrigaram a esta alteração, para a qual contamos com o benevolente assentimento dos nossos assinantes.

No relatório ao presbitério, Simonton (1866-1875, p. 6) diz que esse periódico foi publicado “como meio de levar o conhecimento de Cristo a muitos que não consentissem em freqüentar o culto público”.

Logo após a edição do primeiro número da *Imprensa*, houve uma reação católica, por meio do jornal ultramontano do Rio de Janeiro, *O Cruzeiro do Brasil*, que noticiando o aparecimento de um periódico protestante na Corte, pedia ao vigário capitular do Rio de Janeiro que, após investigação do fato, tomasse as medidas necessárias como chefe do bispado (VIEIRA, 1980, p. 148-149)²¹. Todavia, houve também manifestação de simpatia por parte de pelo menos três jornais seculares do Rio de Janeiro, a saber: *O Constitucional*, *O Jornal do Comércio* e *O Diário do Rio de Janeiro*, conforme comenta e transcreve parte dos dizeres desses jornais a *Imprensa Evangelica* (19.11.1864, p. 1) em seu segundo número.

O primeiro número da *Imprensa*, com 400 (RIBEIRO, 1995, p. 43) ou 450 exemplares (RIBEIRO, 1981, p. 97), foi impresso na Typographia Universal de Laemmert²², todavia, por causa das ameaças sofridas pelos editores, eles se negaram a imprimir o seguinte número da *Imprensa*, “temendo que sua tipografia fosse atacada pelo populacho açulado pelos padres” (*O ESTANDARTE*, 4 e 11.1.1912, p. 5).

²¹ Esse periódico seria extinto por falta de recursos em 22 de outubro de 1865 (*IMPRESA EVANGELICA*, 4.11.1865, p. 3).

²² Essa tipografia, localizada na Rua dos Inválidos nº 71, pertencia aos protestantes Eduard Laemmert e Heinrich Laemmert, que organizaram sua tipografia em 2 de janeiro de 1838, a qual se tornou no século XIX a segunda maior e mais importante gráfica do Rio de Janeiro (visitada inclusive por D. Pedro II em 9 de julho de 1862), perdendo apenas para a Garnier. Para se ter uma ideia de sua importância, no começo da década de 1860, com menos de trinta anos de fundação, ela já havia produzido 400 títulos de livros. Lembremo-nos de que, em 1863, o Rio de Janeiro, capital do império, só dispunha de 17 livrarias (HALLEWELL, 1985, p. 47) e, em 1868, 29 livrarias (*ALMANAK LAEMMERT*, 1869, p. 544). Em 1883, por exemplo, a Garnier Frères era responsável por quase a metade dos títulos publicados no Rio de Janeiro, e a Laemmert, por mais de um terço (HALLEWELL, 1985, p. 160 et seq.). A ligação de pelo menos um dos sócios da Laemmert com os presbiterianos verifica-se pelo fato de H. Laemmert ter sido um dos muitos estrangeiros e brasileiros que fizeram subscrições para financiar a construção do Templo Presbiteriano no Rio de Janeiro, inaugurado em 29 de março de 1874 (cf. VIEIRA, 1980, p. 289-290).

O segundo número da *Imprensa*, de 19 de novembro de 1864, foi impresso na Typographia Perseverança, localizada na Rua do Hospício nº 99²³ (atual Buenos Aires). O jornal permaneceu. No relatório ao presbitério do Rio de Janeiro, em agosto de 1868, relata o Rev. Schneider:

A Imprensa Evangélica tem sido publicada sem interrupção alguma duas vezes cada mês durante o ano inteiro e embora seja impossível dizer que tenhamos conseguido bons resultados, quantos almejamos, contudo somos de opinião de não serem inúteis os trabalhos que com ela tivemos.

Uma semana antes de a *Imprensa* ser publicada, Simonton fez circular uma carta falando do futuro lançamento e de seus objetivos (*IMPRESA EVANGELICA*, 21.10.1865, p. 1-2):

O fim que tem em vista a redação da *Imprensa Evangélica*, pode ser explicado em bem poucas palavras.

De comum com a maior parte dos que têm refletido sobre a situação do país, estamos convencidos de que a primeira necessidade do presente é o desenvolvimento intelectual e moral de todas as classes do povo e é nossa também convicção geral de que toda a esperança de sólido progresso e de estabilidade só pode firmar-se na difusão geral de verdadeiros princípios morais e religiosos. Segundo a opinião mais em voga, todo o remédio está na intervenção dos poderes do estado e todo o dever do indivíduo se limita a reclamar essa intervenção.

Aqui divergimos.

Creemos que é indispensável o concurso de todas as inteligências, e que qualquer esforço sincero para difundir uma instrução verdadeiramente moral e religiosa, é digno de louvor.

A existência da *Imprensa Evangélica* é o resultado desta convicção, e *ela se dedicará à explicação e disseminação dos preceitos e doutrinas do Evangelho, – única fonte quer dar moral, quer da*

²³ A partir do nº 15, de 3 de junho de 1865, página 8, da *Imprensa Evangélica*, o endereço da gráfica é apresentado como sendo na Rua do Hospício nº 91. Ela mudou de edifício, e, em 1875, a rua foi renumerada, recebendo, então, a gráfica o nº 85 (cf. *IMPRESA EVANGELICA*, 3.6.1865, p. 8; BERGER, 1984, p. 111).

religião – único código que, bem entendido e fielmente observado, pode promover e assegurar a felicidade individual e social de qualquer povo (grifo nosso).

A linha editorial da *Imprensa* torna-se evidente já no primeiro número: contribuir para curar o mal existente no Brasil pela pregação do Evangelho, tendo como base inicial a família:

No meio do caos de idéias religiosas, que divide atualmente os homens, inútil fora descobrir-lhes as fontes donde borbulha o mal, se para curá-lo lhes não aplicássemos meios. A propagação do Evangelho, pela vivificação da devoção doméstica, pelo órgão de uma folha, particularmente a isso consagrada, eis de nossa parte a aplicação dos meios (*IMPrensa EVANGELICA*, 5.11.1864, p. 1).

A isto o jornal se destina:

Se de nossos esforços não conseguirmos vingar senão o mínimo do nosso desígnio, ainda assim nos lisonjearemos jubilosos, por haveremos cumprido com o nosso dever. Tal é a única missão da Imprensa Evangélica (*IMPrensa EVANGELICA*, 5.11.1864, p. 1).

Mais abaixo reafirma o seu objetivo religioso e ao mesmo tempo a sua disposição em apresentar um periódico atual que se moldará conforme o avanço da incipiente Igreja (*IMPrensa EVANGELICA*, 5.11.1864, p. 1):

Com o progresso de nossa Igreja, iremos dando à nossa folha o desenvolvimento que lhe convém, por publicações variadas, que sem se afastarem de seu principal objetivo, lhe procurarão o atrativo da novidade nas formas.

Este trabalho, não tendo em vistas senão os interesses exclusivamente religiosos da sociedade em geral, como particular do indivíduo, estranho à toda e qualquer ingerência em política, a todos é consagrado; porém com muita particularidade o dedicamos àqueles para quem a religião de Jesus Cristo ainda não se tornou cousa indiferente, e, no meio da perversão universal e seus princípios divinos, não trairão ainda o dom mais precioso de Deus – a liberdade de consciência perante o Evangelho.

No relatório apresentado ao presbitério do Rio de Janeiro em 10 de julho de 1866, Simonton diz que a *Imprensa* objetivava “levar o conhecimento de Cristo a muitos que não consentissem em frequentar o culto público”. De fato, Boanerges Ribeiro registra que “em Ubatuba, a igreja nasceu em torno dela [*Imprensa*], e como resultado de sua leitura antes que ali chegassem pregadores” (RIBEIRO, 1981, p. 101)²⁴.

Simonton se entusiasmou com o jornal: escrevia sistematicamente e dava notícias de sua penetração inclusive em meios não protestantes: No dia 9 de maio de 1865, escreve à Junta Missionária dizendo que, ao ir a Santos, visitou dois assinantes da *Imprensa*, aos quais fora enviado um de seus sermões recentemente publicado. Simonton esclarece que uma dessas pessoas é um americano casado em Lisboa, cujo sogro é marechal do Exército brasileiro, tendo um tio almirante na Marinha e dois outros ministros do Exterior. Essa pessoa disse que o sermão de Simonton estava circulando pela família inteira e sendo lido com grande interesse: “Ele quer que eu publique outro e oferece cinquenta mil-réis para a despesa”. O outro assinante que visitou lhe disse que a cópia do sermão estava circulando entre outras pessoas, tendo causado uma revolução nos conceitos que tinham a respeito dos protestantes. Simonton dá outras informações: um sacerdote do interior subscreveu o jornal e também um advogado do Rio (carta de 4 de maio de 1865); a mãe de Saldanha Marinho lia a *Imprensa*; um padre, filho do Regente Feijó, procurou a Schneider para fazer a sua subscrição (carta de 8 de agosto de 1865); em 24 de janeiro de 1867, escreve dizendo que

[...] muito poucos subscritores recusaram renovar suas subscrições. Padres em altas posições têm confessado que a *Imprensa* é uma defensora da verdade²⁵.

Em seu relatório ao presbitério do Rio de Janeiro (1867), mesmo dizendo que não lhe era possível dar detalhes minuciosos de todas as suas atividades, destaca a *Imprensa*:

²⁴ Ver outros exemplos em Ribeiro (1987, p. 162).

²⁵ Todas as informações desse parágrafo foram extraídas de Landes (1956, p. 48-49).

Outro trabalho que me tem roubado muito tempo é a publicação da Imprensa Evangélica. A importância de uma folha evangélica não pode ser contestada. Por este meio muitos se instruem, que não estão ao alcance dos [demais meios] atualmente empregados para a propagação do Evangelho (SIMONTON, 1866-1875, relatório de 12.7.1867).

A *Imprensa* conquistou assinantes e teve, aos poucos, uma gama variada de leitores: homens simples da capital e do interior, padres católicos, pessoas de alta posição e intelectuais, como o jovem cronista Machado de Assis, que fez referência ao jornal quando abordou a questão da liberdade religiosa²⁶.

A *Imprensa* permaneceu até 2 de julho de 1892, quando foi publicado o seu último número, durando assim quase 28 anos.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o início do século XIX, podemos dizer que a Inquisição varrera da Espanha e de Portugal a Reforma, e até mesmo o interesse por tal assunto; tanto é assim, que trezentos anos depois da Reforma, nesses países o protestantismo não existia.

Como vimos, a possibilidade de entrada do protestantismo no Brasil dentro dos trâmites legais era inexistente; por outras vias, era praticamente impossível, visto que os estrangeiros não podiam desembarcar no Brasil sem a devida autorização de Sua Majestade ou sob a vigilância dos guardas (RIBEIRO, 1973, p. 16). Quanto à presença protestante no Brasil por meio dos franceses (o último huguenote foi enforcado, no Rio de Janeiro, em 1567) e holandeses (1630-1654), os seus trabalhos no campo da religião não deixaram um rastro tão profundo que o tempo, ajudado pela ação jesuítica, não

²⁶ Crônica de 22 de novembro de 1864, publicada no *Diário do Rio de Janeiro* (ASSIS, 1959, p. 244). Machado de Assis continuou a discussão a respeito da questão religiosa na crônica seguinte, de 29 de novembro de 1864, tratando da pregação do “Dr. Kelly” (provavelmente o nome de Kalley fosse então assim pronunciado).

pudesse apagar²⁷. Em 1656, Antônio Paraupaba pede socorro aos Estados Gerais em favor da nação indígena do Brasil, que havia abraçado a religião reformada; a certa altura diz: “Ajudem agora! A luz da Palavra de Deus será apagada por falta de pastores” (apud SCHALKWIJK, 1986, p. 312). O padre Vieira – mesmo admirado com a educação e a religiosidade dos índios calvinistas – encarregou-se pessoalmente da sua “reconversão” (SCHALKWIJK, 1986, p. 312-314)²⁸. A literatura protestante inexistia, não sendo encontrada nenhuma obra de cunho religioso escrita por protestante em biblioteca de intelectuais da época.

No entanto, no início do século XIX as portas jurídicas foram se abrindo²⁹, e o protestantismo passou a ser legalmente tolerado e, aos poucos, foi se integrando à sociedade brasileira. Um dos meios utilizados para a proclamação da fé protestante foi a palavra impressa, tendo como primazia a Bíblia, a palavra de Deus escrita. Esse princípio sempre caracterizou o protestantismo, partindo do princípio de que Deus fala por intermédio de Sua Palavra, a Bíblia, esta, portanto, deve estar traduzida para que todos possam lê-la e ter acesso à revelação de Deus. A fé vem pela Palavra (Rm 10:17). Nessa mesma linha, o protestantismo se valeu da publicação de jornais que difundiam a sua fé por meio de sermões, catecismos, confronto com a fé católica, então, praticamente única, foi gradativamente encontrando o seu espaço.

²⁷ Southey (1981, v. II, p. 376) escreveu: “Vinte e cinco anos tinham estado no país os holandeses e contudo pouca mistura houvera entre as duas nações; era a diferença de religião obstáculo por demais forte, sendo sinceras ambas as parcialidades. [...] Os casamentos mistos que se deram, foram com portuguesas. A maior parte destas seguiriam provavelmente os maridos por ocasião da expulsão; mas se os esposos preferiam ficar no país entre os seus novos parentes, ainda que pessoalmente se não conformassem com a superstição dominante, caíam nela necessariamente os Filhos; de modo que com a primeira geração desapareceu todo o vestígio da religião, língua e costumes dos holandeses. A luta ambiciosa que por tanto tempo sustentaram os holandeses com tão grande dispêndio de sangue e cabedal, nenhum benefício póstumo produziu além do de provar, como advertência a qualquer outra potência, quão impossível é a conquista permanente do Brasil. Povo de tão resoluta nacionalidade como o português, e em semelhante país não há forças humanas que o domem”. Uma visão mais romântica, temos em Lessa (1937, p. 293-294). Segundo Hoornaert et al. (1983, p. 140), “certas noções calvinistas ficaram profundamente arraigadas na mente dos índios nordestinos”, no entanto os autores não informam quais foram.

²⁸ Ver também Southey (1981, v. II, p. 376) e Rodrigues (1904, p. 73-81).

²⁹ Sobre esse ponto, ver Costa (2005, 2006, 2007). Todos os artigos estão disponíveis em http://www.mackenzie.br/publicacoes_est0.html.

Creemos que esses meios legítimos se constituíram em oportunidades para a promoção da fé evangélica, aquela mesma do Antigo e do Novo Testamentos, que uma vez por todas foi entregue aos santos.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, J. I. de. *As Bíblias Falsificadas ou duas Respostas ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos pelo Christão Velho*. Recife, PE: Typ. Commercial de G. H. de Mira, 1867.

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1869.

ANGUS, J. *História, doutrina e interpretação da Bíblia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1971.

ASSIS, J. M. M. de. *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1959. v. 23.

BERGER, P. *A tipografia no Rio de Janeiro – impressores bibliográficos 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984.

BITTENCOURT, B. P. *O Novo Testamento: cânon-língua-texto*. São Paulo: Aste, 1965.

BRAGA, E.; GRUBB, K. G. *The Republic of Brazil*. New York: World Dominion Press, 1932.

CHACON, V. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CHAVES, M. de M. *Bandeirantes da fé*. Belo Horizonte: Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais, 1947.

COSTA, H. M. P. da. O protestantismo no Brasil: aspectos jurídicos, culturais e sociais de sua implantação. *Ciências da Religião – História e Sociedade*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 103-138, 2005; v. 4, n. 4, p. 100-135, 2006; v. 5, n. 1, p. 75-110, 2007; v. 5, n. 2, p. 93-121, 2007.

_____. *A inspiração e inerrância das Escrituras: uma perspectiva reformada*. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

- GLASS, F. C. *Aventuras com a Bíblia no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Evangélica, [s. d.].
- HAHN, C. J. *História do culto protestante no Brasil*. São Paulo: Aste, 1989.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, Edusp, 1985.
- HOLDEN, R. *As Accusações contra os protestantes na Pastoral do Arcebispo da Bahia*. Bahia: Typ. Poggetti, 1863.
- HOORNAERT, E. et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1983. (História Geral da Igreja na América Latina, II/1).
- IMPRESA EVANGELICA. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert e Typographia Perseverança, 1864-1892. Vários números.
- JARDIM, H. de S. et al. *Esboço histórico da Escola Dominical da Igreja Evangélica Fluminense*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1932.
- KENNEDY, J. L. *Cincoenta annos de methodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1928.
- KIDDER, D. P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1943. v. 2.
- _____. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1951. v. 1.
- KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 2 v.
- KOLB, J. B. Rev. Alexandre L. Blackford, D. D. In: *Quadragesimo Aniversário da Egreja Presbyteriana do Rio de Janeiro 1862-1902*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1902.
- LANDES, P. S. *Ashbel Green Simonton*. Fort Worth, Texas: Don Cowan Company, 1956.
- LEITE, A. P. de C. *As bíblias falsificadas: resposta à uma velha pastoral*. São Paulo: Typographia A Vapor de Jorge Seckler & C., 1882.

LÉONARD, É. G. *O protestantismo brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Juerp; São Paulo: Aste, 1981.

LESSA, V. T. *Maurício de Nassau, o brasileiro*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1937.

_____. *Annaes da 1ª Igreja Presbyteriana de São Paulo*. São Paulo: Edição da 1ª Igreja Presbyteriana Independente, 1938.

MEIN, J. *A Bíblia e como chegou até nós*. 3. ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Juerp, 1977.

METHODISTA CATHOLICO. Rio de Janeiro: Publicação Quinzenal da Igreja Methodista Episcopal do Brazil, 1866.

O ESTANDARTE. Órgão oficial da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. São Paulo, 1912.

READ, W. R. *Fermento religioso nas massas do Brasil*. Campinas: Livraria Cristã Unida 1967.

READ, W. R. et al. *O crescimento da Igreja na América Latina*. São Paulo: Mundo Cristão, 1969.

REILY, D. A. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste. 1984.

RIBEIRO, B. *Protestantismo no Brasil monárquico, 1822-1888*. São Paulo: Pioneira, Fundação Educacional Presbiteriana, 1973.

_____. *O padre protestante*. 2. ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1979.

_____. *Protestantismo e cultura brasileira*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

_____. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da autonomia ao cisma*. São Paulo: O Semeador, 1987.

_____. *José Manoel da Conceição e a reforma evangélica*. São Paulo: Livraria O Semeador, 1995.

RIZZO JR., M. *Sozinha*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1988.

ROCHA, J. G. da. *Lembranças do passado*. Rio de Janeiro: Edição da Igreja Evangélica Fluminense, 1941. 4 v.

- RODRIGUES, J. C. *Religiões acatólicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Escriptorio do “Jornal do Commercio”, 1904.
- SALVADOR, J. G. *História do metodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1982. v. 1.
- SCHAFF, D. S. *Nossa crença e a de nossos pais*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Metodista, 1964.
- SCHAFF, P. *The creeds of Christendom*. 6. ed. revised and enlarged. Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, 1931. 3 v.
- SCHALKWIJK, F. L. *Igreja e Estado no Brasil holandês 1630-1654*. Recife: Fundarte, 1986. (Coleção Pernambucana – 2ª fase, 25).
- SCHNEIDER, F. J. C. Relatório de Schneider apresentado ao presbitério do Rio de Janeiro. In: *Coleção Carvalhosa – Relatórios Pastorais, 1866-1875*. Fonte manuscrita.
- SILVA JÚNIOR, I. da. *Notas históricas sobre a missão evangelizadora do Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1960.
- SIMONTON, A. G. *Diário, 1852-1867*. São Paulo: CEP, O Semeador, 1982.
- _____. Relatório de Simonton apresentado ao presbitério do Rio de Janeiro. In: *Coleção Carvalhosa – Relatórios pastorais, 1866-1875*. Fonte manuscrita.
- _____. *Family history: genealogical, historical and biographical of the Simonton and related families*. St. Paul, Minn.: Webb Publishing Company, 1900.
- SOUTHEY, R. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 3 v.
- TUCKER, H. C. Centenário Metodista Sul-Americano (1836-1936). *Expositor Cristão*, 3 mar. 1936.
- TURRETIN, F. *Institutes of Elenctic Theology*. Phillipsburg, NJ: P & R Publishing, 1992. v. I.
- VIEIRA, D. G. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1980.